

três x quatro

Nº 1 JUNHO 1981

Em Porto Alegre
um pastor leva
vida de sultão

Irmãs, porém, não vivem como odaliscas



Garimpo no asfalto
o lucrativo negócio do ouro velho

Tudo começou com a roda.
E veja só no que deu...



Ninguém está satisfeito com o transporte coletivo em Porto Alegre

E mais:

- Picaretagem na propaganda pág. 3
- Vagabundagem pág. 5
- Desnutrição dos operários pág. 2
- Repressão ao teatro pág. 2
- Camelô vende saúde pág. 4
- Classe média
aperta o galilho pág. 8
- Roubo de toca-fitas pág. 9

Livrando a nossa

Entregamos aos leitores em geral mais um jornal laboratório. Inosso, mal pautado, mal redigido e mal editado, como não poderia deixar de ser ou mesmo para não fugir à regra. Mas, estamos aí na luta. Temos treinado com bastante afinco. Se o editor precisar de nós, tudo faremos para praticar o nosso melhor jornalismo.

Não há problema, são onze contra onze e o mercado é igual para todos. Contamos com o apoio de nossa imensa torcida (pais, irmãos, avós, tios, primos, namoradas, namorados, casinhos, amizades coloridas e preto-e-brancas, esposas, concubinas, amantes, filhos legítimos ou não).

Prometemos não decepcioná-la.

Jogaremos no 4-4-2, no 4-3-3, no 4-2-4, no WM, na denúncia das mais variadas picaretagens, na denúncia de atentados à liberdade de expressão, na matéria policial, no levantamento das deficiências na infra-estrutura da cidade, na conversa com tipos característicos, na investigação de seitas religiosas, e em todas as outras posições que o clube nos exigir.

Você deve pensar que estamos brincando.

Engano seu. Nunca falamos tão sério em nossas vidas. Tem mais: se houver alguma dúvida, negamos tudo. E pedimos provas.

Suor, marmitta e fantasia. Retrato de uma exploração

No sistema capitalista prevalece o chamado "trabalho livre". Mas o que dizer dessa grande massa de pessoas que é obrigada a trabalhar por salários que não lhe garantem sequer a alimentação?

Avenida João Pessoa. Meio dia. Construção do corredor de ônibus. Alguém dá o sinal avisando que é hora de pegar a marmitta e matar a fome. Mas é só um sinal. O que existe nas marmittas não vai matar a fome de ninguém. Entre viandas de arroz e polenta, sentados em pedras e máquinas homens rudes fazem humor com a própria miséria.

"Eu já falei pra mulher virar um pouco essa bôia. Galetto todo dia enjoa!"

"Não gosto de carne com cebola; essa mulher não aprende. Vô tê que dá um jeito nela". É a hora do almoço dos operários. Eles trabalham em média 10 horas por dia, recebendo entre Cr\$ 2.200 e Cr\$ 2.500 por semana, se não houver faltas.

"Na segunda e na terça-feira ainda se vê um guisado ou mondongo na marmitta, mas no resto da semana, de "sustância" não se vê nada. Um dia tem arroz com um pouco de massa, no outro tem arroz branco com um pedaco de polenta. Às vezes aparece um naco de alipim ou de batata inglesa e de vez em quando se vê até um arroz "tingido" de caldo de feijão".

"Um dia desses virou a vianda de um operador. Só tinha polenta. O coitado não sabia onde se meter. Um cusco que apareceu pra comer o almoço dele foi quem levou a pior. O cara correu o cusco a pontapé".

RAÇÃO ESSENCIAL

Há uma lista de treze produtos e suas respectivas quantidades, especificadas pelo decreto-lei 399 de 30 de abril de 1938, que compõem a "ração essencial", ou seja, a alimentação mínima indispensável para um trabalhador adulto viver.

O DIEESE - Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas - realiza pesquisas mensais em Porto Alegre, acompanhando a variação dos preços da lista básica. Essas pesquisas tem o

objetivo de comparar a variação desses preços com a variação do salário mínimo.

Em Porto Alegre, o trabalhador de salário mínimo teria que gastar 64% de sua renda - Cr\$ 3.713,72 - para adquirir essa lista de produtos. Os restantes 36% - Cr\$ 2.075,08 - seriam para pagar aluguel, roupas, remédios, ônibus e mais as despesas do resto da família que não trabalha, o que é comprovadamente impossível.

Segundo o DIEESE, em Porto Alegre, um trabalhador precisa cumprir 153h58min, isto é, cerca de 20 jornadas diárias de 8 horas, para alcançar a remuneração correspondente a 64% de sua renda total. Esse é o tempo que o assalariado precisa trabalhar para comprar comida suficiente apenas para si próprio.

Além disso, a maioria dos produtos listados apresentou, entre janeiro de 80 e janeiro de 81, aumentos maiores que o custo de vida em Porto Alegre. Essa defasagem torna ainda mais difícil a situação do trabalha-

dor e sua família, que necessitam de alimentos todos os dias, enquanto os salários só aumentam de seis em seis meses.

Em maio passado foi efetivado o reajuste do salário mínimo, calculado pelo governo no valor de Cr\$ 8.464,80. As pesquisas do DIEESE indicam que esse mesmo salário mínimo, para atender as necessidades de uma família de quatro pessoas, deveria atingir um valor superior a Cr\$ 27.000,00.

Poucos são os operários da construção civil que têm apenas dois filhos. E menos ainda são aqueles que recebem mais de Cr\$ 10.000,00 mensais. Um chefe de turma de operários da construção do corredor da Avenida João Pessoa observa:

"As vezes, só de olhar o que esses caras comem a gente tem vontade de mandar eles embora. Como é que eles vão trabalhar e render comendo o que comem? Mas exigem de gente, a gente tem que exigir deles."

TRABALHO NECESSÁRIO PARA COMPRAR A RAÇÃO ESSENCIAL

Porto Alegre - RS / Janeiro de 1981

PRODUTOS	QUANTIDADE	GASTO MENSAL	TEMPO DE TRABALHO
Carne	6,600 kg	1.595,68	66h09min
Leite	7,5 l	194,70	08h04min
Feijão	4,500 kg	414,50	17h11min
Arroz	3,000 kg	123,99	05h08min
Farinha de trigo	1,500 kg	18,90	00h47min
Batata	6,000 kg	200,28	08h18min
Tomate	9,000 kg	350,37	14h32min
Pão	6,000 kg	206,88	08h35min
Café	0,600 kg	110,16	04h34min
Laranja	7,5 dz	213,15	08h50min
Açúcar	3,000 kg	86,31	03h35min
Banha	0,900 kg	51,75	02h09min
Manteiga	0,750 kg	147,05	06h06min
TOTAL:		3713,72	153h58min

FONTE: DIEESE

Três por Quatro

Três por Quatro é o jornal laboratório dos alunos do sétimo semestre do curso de Jornalismo gráfico e audiovisual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição de 1981, elaborada pela turma A da disciplina de Laboratório de Jornalismo Gráfico I, sob a orientação do Professor Carlos Salzano Vieira da Cunha.

Editor

Gilberto Otávio Lima

Secretário

José Roberto Garcez

Chefe de reportagem

Marcio Rech

Planejamento gráfico e diagramação

Horst Eduardo Knak

Repórteres

Roberto Andrade

Miriam Suzana Landivar Bruno

Neiva Eliza Dornelles

Viimar Holz

Paulo Eduardo Sentos

Marta Helena Bertelli

Jacqueline Cantore

Ingrid Rosa Nummer

Geraldo Miguel Ribeiro

Lili Karsakian

Cecília Rheingantz Silveira

Carlos Guillermo Benjarano

Maria Rejane de Vargas

Eunice Gruman

Eliane Torres

Divino Salvador da Silva

Teatro um: pancadas contra a renovação

Apesar das porradas, uma nova peça do Teatro Um está com estreia marcada para julho: A peça, "Café" segundo o diretor e produtor Júlio Zanotta, mostra um Mário de Andrade desconhecido do público - comunista ortodoxo e engajado no penorama ideológico de sua época. Preocupado com os processos policiais, Zanotta explica que a montagem é simples, suave e que dificilmente lhe trará problemas.

Os problemas a que ele se refere são pequenas invasões periódicas em seu teatro, patrocinadas por um grupo de direita conhecido pela sigla PF. A primeira invasão ocorreu em dezembro do ano passado, quando numa madrugada abafada parte do cenário da peça "As Cinzas do General" foi destruída, gavetas e móveis revistados e documentos revirados. Nesse mesmo dia, a edição em quadradinhos das "Cinzas" foi apreendida ainda na gráfica. Zanotta não recebeu nenhuma explicação, mas em compensação está sendo processado pela polícia sob a acusação de fazer propaganda do uso da maconha.

Notório careta, ele esclarece que "Cinzas" tinha como função principal criticar o militarismo, propondo ao espectador ou leitor o relacionamento desse fato com alternativas do comportamento

sexual e a questão das drogas. "São fatores sociais de nossa época, argumenta o diretor, que devem ser discutidos. Criticamos o sistema e não aliados de traficantes."

E a crítica ao sistema sempre esteve presente na vida de diretor e produtor de Zanotta, desde os tempos das reuniões para a formação do grupo "Ói Nós Aqui Traveiz", há alguns anos. Com "Ói Nós", Zanotta montou duas peças: A Divina Providência - uma crítica ao sistema imobiliário - e A Felicidade Bate à Sua Porta, - uma crítica à medicina. No entanto, seu melhor trabalho foi uma criação independente: A Libertação do Diretor-Presidente, quando alcançou um respeitável sucesso como autor e diretor.

Veio então o Teatro Um, com a reforma do local, na Ramiro Barcellos, e uma nova peça. As obras não tiveram apoio oficial direto e o teatro ressuscitou de uma verba obtida com a venda dos Cadernos Margem, uma bem sucedida publicação de folhetos de poesia. Um detalhe: o apoio oficial indireto se manifestou na necessidade de material para a continuação da reforma, que em grande parte veio através de incursões noctívagas ao corredor de ônibus da Farrapos.

Mesmo com a reforma incompleta, o teatro foi inaugurado com a peça "As Cinzas do General". Com três elencos diferentes, ensaios durante a reforma e dois meses estacionada na censura, a peça não teve muita aceitação pelo público. E além disso, no meio da temporada, começaram a surgir os espectadores inesperados, que insistiam em destruir o trabalho dos atores e técnicos.

TEATRO INDEPENDENTE

Sem dúvidas, Júlio Zanotta vem tentando fazer um teatro independente em Porto Alegre. Com o Teatro Um, ele pretende criar um núcleo de experiências capaz de contribuir para o desenvolvimento de um teatro gaúcho, servindo de anteparo ao colonialismo cultural. Através de sua sala de espetáculos, Zanotta abriu um espaço cênico dinâmico que corresponde às exigências da encenação atual, podendo ser mimetizado do tradicional pelo italiano até as mais diversas possibilidades do teatro laboratório e experimental.

No mais, manter uma literatura marginal e um teatro em atividade está sendo a sobrevivência de Júlio Zanotta. Apesar das porradas.

JACQUELINE CANTORE

Venha conhecer a picaretagem

O Sindicato dos Publicitários vai fazer uma lista de adesão entre seus membros para ajudar Rogério Ruschel a pagar a multa que recebeu por mover uma ação contra a Mesbla Veículos há dois anos.

Na edição de 18 de outubro de 1979, a Folha da Tarde publicou o seguinte anúncio: "Venha conhecer amanhã o novo Corcel 80 e ganhe inteiramente grátis uma Belina zero quilômetro emplacada". No dia seguinte, o publicitário e professor universitário Ruschel resolveu conferir a veracidade da oferta que viu no jornal. Examinou detalhadamente o novo Corcel, fez perguntas sobre seu funcionamento e demonstrou grande interesse. Uma vez cumpridas as exigências do anúncio, Rogério escolheu a Belina que mais lhe agradou: "É aquela a Belina que eu quero ganhar".

O funcionário da loja encarou a afirmação como uma brincadeira, mas ao ver que Rogério, muito seriamente, exigia o que era de seu direito, chamou o gerente de vendas. Não conseguindo convencê-lo de que a realidade não era exatamente como dizia o anúncio, recorreu ao gerente da loja. Este tentou persuadir o publicitário a contentar-se com um cupom que concorreria ao sorteio de uma Belina zero quilômetro emplacada. No meio da confusão, Rogério Ruschel disse que processaria a loja por publicar anúncios enganosos e antiéticos.

Na tarde do mesmo dia, ele voltou ao local com duas testemunhas e exigiu, novamente, que fosse cumprida a promessa anunciada. O gerente não só se recusou a



Oportunidade única: retirada mínima Cr\$ 70.000,00 mensais.

Moças e senhoras para promoção de vendas: Cr\$ 50.000,00.

Estudantes - Cr\$ 12.000,00 por semana, apenas 3 horas diárias.

Quem costuma olhar os classificados de domingo, geralmente se encontra com chamadas deste tipo. E muitos dos que não resistem a apelos tão intensivos desconhecem que vão ter pela frente uma jornada emocionante.

O que o emprego oferece, na realidade, é uma grande surpresa. A função oferecida, mas que não foi citada no anúncio, nunca poderia ter sido imaginada pelo candidato e o salário não é bem aquele que diz no jornal.

Cyntia, 19 anos, estudante da Farnecos - PUC, tem uma experiência para contar: "Então, eu resolvi procurar nos classificados pra ver se encontrava algum emprego. Tinha um anúncio que pedia pessoas de, no mínimo, 21 anos, com grau de escolaridade médio e boa aparência para comparecerem no Hermon Hotel.

No dia seguinte, eu fui lá. Primeiro me deram um questionário sobre dados pessoais para preencher. Depois, todos nós tivemos que passar pela entrevista individual. O cara ressaltou que, apesar de eu não ter ainda 21 anos, seria aceita pela minha desenvoltura e se minha mãe me emancipasse. Eles dão preferência aos candidatos que têm carro. Eu não tenho, mas mesmo assim me aceitaram.

Ficaram com nossos documentos, certificando-se de que voltaríamos no dia seguinte.

Dá, reuniram todos numa sala de projeção. Aquilo era um verdadeiro circo romano: quando já

Procurar empregos, jornada inglória

estava todo mundo sentado, sou uma batida de gongo e, em seguida, apareceu um homem falando mil maravilhas da profissão que fomos seguir a partir daquele momento. Disse que faríamos um grande bem para a humanidade, recebendo Cr\$ 15.000,00 por dia.

Começou, então, a sessão de audiovisual. Projetaram slides de coisas que não tinham nada a ver

com nada: crianças subnutridas no interior da África, crianças indo à escola no Rio de Janeiro e um monte de pessoas sorridentes, de famílias unidas, felizes da vida. Enquanto isso, o áudio afirmava que teríamos a maior riqueza em nossas mãos, que levaríamos a todos o saber e a felicidade. Sabe como? Vendendo coleções da Enciclopédia Britânica. Novamente o gongo fez-se ouvir.

Terminou a projeção e apareceu uma mulher dizendo ser esposa de um médico e ter começado a trabalhar nisso só por distração. Mas que agora ela ganha tão bem que o marido dela até largou a profissão de médico. Apareceu outro dizendo que era dentista até que começou a trabalhar com livros, que é uma missão muito mais gratificante e rentável.

GRÁTIS
DATILOGRAFIA
Curso completo
NÃO pague mensalidades

**DESEMPREGADOS
E EMPREGADOS
COM HORÁRIO LIVRE**

Cr\$ 15.252,00 SEMANAIS
OPORTUNIDADE ÚNICA COM SEGURANÇA
4 HORAS POR DIA

**CLASSIFICADOS -
BICO
35.000,00
MENSALIS**

Cr\$ 15.300,00
POR SEMANA
4 HORAS POR DIA
MANHÃ, TARDE E NOITE
HOMENS E MULHERES

**NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE
CONTRATAÇÃO IMEDIATA
INICIAL: Cr\$ 20.108,00**

VENHA CONHECER AMANHÃ O NOVO CORCEL 80 E GANHE INTEIRAMENTE GRÁTIS UMA BELINA O.K. EMPLACADA.

Mesbla VEÍCULOS

Revendedor Autorizado



Rua Coronel Vicente, 183 - Tel. 33.3366

atender sua exigência como ameaçou retirá-lo de lá à força.

Saindo com suas testemunhas, Rogério procurou a Associação de Proteção ao Consumidor e a Delegacia de Economia Popular. Segundo o artigo 1512 e seguintes do Código Civil, "aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai a obrigação de fazer o prometido".

SEM JURISPRUDÊNCIA

O resultado da primeira instância deu empate. A Mesbla retificou o anúncio e demitiu todo o pessoal da sua house agency, mas continuou negando-se a entregar ao publicitário a Belina a que tinha direito. Encerrado o processo, Ruschel perdeu a causa, pois não há, no Brasil, uma jurisprudência que ampare o que diz o artigo 1512.

Além do desconforto que lhe causou a ação movida, Rogério ainda deverá pagar a multa que corresponde a 10% do preço de uma Belina Standard zero quilômetro (55 mil cruzeiros).

Apesar de ter recebido dezenas de cartas de colegas e também de pessoas desconhecidas que se solidarizaram com ele, Ruschel se mostra muito decepcionado com a imprensa gaúcha. Ele afirma que houve um verdadeiro boicote à divulgação do seu caso. "O Jornal do Comércio publicou alguma coisa sobre o processo. Ivete Brandalise também me apoiou em sua coluna e a Folha da Tarde fez uma notícia zombeteira. Os outros meios de comunicação se omitiram completamente. O medo foi geral."

O caso do publicitário que resolveu testar um anúncio visivelmente mentiroso ficou conhecido em todo o país somente depois que a revista VEJA publicou a reportagem *O dia da caça*, na edição de 31 de outubro de 1979.

Perdidas as esperanças de ganhar o carro novo, Rogério Ruschel vai continuar estudando o seu caso segundo o código civil de países desenvolvidos. Vai tomar como referência os Estados Unidos, a Inglaterra e a Holanda. "É preciso criar uma legislação de defesa do consumidor neste país e terminar com estes anúncios mentirosos. E eu vou lutar muito por isso."

Lili Karsaklian

O gongo soou pela última vez e a turma foi dividida em grupos. Cada um foi para uma sala determinada com a pessoa pela qual havia sido entrevistada. Aí é que veio o papo sério.

O esquema é o seguinte: a gente recebe uma comissão segundo o prazo de pagamento da coleção que vale quase Cr\$ 300.000,00. Se a pessoa paga em 12 meses, a gente ganha Cr\$ 1.000,00, se paga em seis meses a comissão é de Cr\$ 2.300,00 e se compra à vista, nós ganhamos Cr\$ 4.000,00. Quer dizer, quanto mais a gente vende, mais a gente ganha.

Depois tem um curso que dura uma semana e daí vêm as listas de endereços a serem visitados. Depois disso, não sei mais nada, porque pedi meus documentos de volta e fui embora. Não tô aí pra agüentar picaretagem."

Todas as segundas-feiras um número incalculável de pessoas passa por situações parecidas com esta. A consulta aos anúncios classificados é a maneira mais utilizada na procura de emprego. E vem aumentando consideravelmente a quantidade de oportunidades sensacionais oferecidas através das edições dominicais dos jornais da cidade.

Quem vai recusar um trabalho que promete ser agradável, executado em poucas horas por dia em troca de um salário que todo mundo sonhou em ganhar? Ninguém.

Mas 95% dos que saem de manhã cedo, cheios de esperança, à procura do emprego tão idealizado, voltam cansados, suados, com cara de quem acreditou num conto de fadas e acabou sendo gozado pelos próprios personagens.

Eliane Torres
Lili Karsaklian

Ele é personagem da História; já navegou por mares bravios; já enfrentou feras, viveu batalhas, conheceu reis, ruas e raças. Resistiu a tudo e a todos. Hoje, essa figura faz parte de qualquer praça ou rua pelo Brasil afora.

Texto e fotos: Horst Knak

Lacerda, um camelô de verdade

— Estou aqui pra fazer a minha propaganda, pra firma que me paga. Eu tenho aqui um extrato de ervas medicinais e posso curar qualquer pessoa, aqui nesta roda, seja ela branca, preta, alta, baixa, gorda, magra, pobre ou rica, qualquer pessoa que sofra da visfocola, bílis, rim, fígado, intestinos ou estômago. Quem sentir uma dorzinha nas costas quando levanta, ou quando se bate na barriga parece um tambor, esses eu garanto que largo daqui completamente curados.

Essas palavras são atentamente escutadas por um pequeno círculo de pessoas, formado na Praça Senador Florêncio, vulga Alfândega. Milhares de outras vezes, essa voz se fez ouvir no Brasil. Lacerda — mato-grossense do norte — conhece todo o País, já andou “por muita biboca”, e diz que “vi muito bicho ruim sair da barriga de muita gente. São muitos os presentes que eu tenho recebido por esse Brasil afora. Vou a lhes mostrar”, abrindo uma caixinha de lata, de onde tira alguns vidros, contendo *Taenia saginata* e *solium*, *Necator americanus*, lombrigas, etc.

TRABALHO HONESTO

Então passa um *magrinho* qualquer e começa a avacalhar o propagandista: “Ô enganador do povo, que porcaria tem aí pra vender, em? Ha, ha, ha...” A resposta é pronta:

— Esses maloqueiros que só querem saber de sacanagem e fumar maconhal. Aposto que, se eu estivesse mostrando alguma sacanagem, ele vinha aqui para aprender. Comunistaaaa!!! Maconheeeeeerol!!! Vejam, vocês que me ouvem, que são pessoas cultas e civilizadas, vejam que eu apenas estou ganhando o pão de cada dia. O que vocês vão pensar de mim se, em vez disso, eu estivesse roubando e assaltando as pessoas na rua. Mas não, eu estou trabalhando honestamente para a minha firma. Infelizmente

existem pessoas por aí que não podem ver alguém trabalhando, pra ir logo avacalhar.

O *homem da cobra*, como é conhecido Lacerda, fica indignado, mas continua a milonga: “Quem quiser experimentar o Elixir de Ervas, composto de Jurubeba, Leão do Norte, Caju e Chapéu de couro, pode levantar a mão, que não vai pagar nada. E eu garanto que em três minutos largo ele daqui completamente curado”. Vários curiosos erguem o braço e servem de cobaia. Ao mesmo tempo, Lacerda anuncia que tem uma oferta sensacional: — A quem desejar, tenho comigo várias amostras da erva. Na farmácia, os senhores vão pagar 302 cruzeiros por embalagem. Mas eu lhes ofereço o produto quase de graça. Quem leva uma caixa, paga 50 cruzeiros; se levar três, paga 100. Se alguém quiser levar três caixas para a patroa, paga 200 cruzeiros e leva sete, ao todo. O adulto deve tomar a erva três vezes ao dia — às refeições. A criança, uma vez — em jejum. O tratamento completo equivale, para adultos, a três caixas; para crianças, a uma caixa. Aproveitem a oportunidade, que tenho pouca mercadoria. O preço que os senhores pagam é apenas para pagar o material da propaganda.

GRANDE CONHECEDOR

Lacerda trabalha há 22 anos com ervas medicinais: “Conheço tudo que é planta. Nas minhas andanças pelo Brasil, tenho ouvido falar e mesmo visto os milagres que as plantas fazem. Uma vez chegou-se a mim uma senhora, muito triste, que dizia que a filha estava doente, fraquinha e só comia terra, rofa as unhas e atacava as pessoas. Dei a receita à senhora e alguns dias depois a mulher apareceu, dizendo que a filha estava alegre, comendo bem e corada. São fatos como esses que me fazem feliz. Ver pessoas



doentes se recuperarem dos piores males, este é o melhor presente que posso receber.”

Mas o vendedor se queixa de que não é compreendido pela fiscalização. Recentemente, ainda, teve um lagarto apreendido pelo Serviço de Proteção aos Animais. “Acho ridículo esse tipo de atitude. A minha atividade é honesta, tenho carteira e não maltrato os animais que carrego comigo. E tem outra: se me pegam roubando ou vadiando, por certo vão me condenar também! O que é que vou fazer então? Se trabalho, me perse-

guem. Se roubo, também. Não dá para entender.”

Mas do que Lacerda gosta mesmo é conversar com as pessoas, mostrar que os medicamentos naturais com que trabalha são eficazes.

— A cura pelas plantas é utilizada com sabedoria pelos indígenas. Não há mal que resista a medicamentos naturais. Os próprios portugueses, quando vieram ao Brasil, passaram a utilizá-los. No século passado, muitas casas possuíam um amassador de folhas e raízes, diz, mostrando, num livro grosso, verde e ensabado, uma ilustração.

Diz Lacerda que esse livro é um mostruário completo de todas as ervas que podem servir de medicamento. “A Floresta Amazônica é riquíssima em espécies vegetais. Pena que não dão valor aquilo tudo. Preferem desmatar, queimar, construir estradas. Hoje em dia, as ervas são vendidas só em farmácias, mas qualquer um pode prepará-las. E sai muito mais barato.”

UMA RECEITA

Nesta sua adoração pelas plantas, Lacerda é contra o fumo e a bebida. E avisa que as pessoas, em vez de comprar algum remédio, “preferem tomar um trago, fumar um cigarro, prejudicando mais ainda a saúde. Todo mundo sabe que beber e fumar faz mal, mas ninguém dá bola”. E Lacerda dá uma receita, para deixar de beber e fumar:

— Pega-se um litro de vinho branco, sete colheres de mel, três gemas de ovo, sete caixas de erva Flor da Amazônia, três grãos de milho, engarrafa, arrolha, enterra. Daí a uma semana, bebe-se o conteúdo. Ao chegar na metade do litro, a pessoa pega nojo do cheiro do cigarro e do gosto da cachaça. É uma *simpatia* muito boa para pessoas que tentam, mas não conseguem largar o vício.



Vagabundagem, por que não?



Arthur Conan Doyle, o escritor britânico que criou o famoso detetive Sherlock Holmes, narra, em seu conto "O homem do lábio torcido", a façanha de um repórter de jornal vespertino de Londres que torna-se mendigo amador para escrever uma série de artigos sobre mendicância na metrópole. Para surpresa do repórter, as esmolas obtidas como mendigo ultrapassam consideravelmente sua remuneração jornalística. Concluindo que é muito difícil voltar para a rotina quotidiana do jornal ganhando duas libras por semana, resolve dedicar-se ao novo emprego, onde pode obter dez vezes mais, tendo apenas que disfarçar-se e tomar posição num lugar movimentado da City. O personagem só abandona a prática da mendicância quando, já praticamente rico, envolve-se com a polícia ao ser confundido com um assassino e acaba tendo de enfrentar sérias dificuldades antes de ser libertado da prisão pelo obstinado Sherlock Holmes. Coincidências salariais à parte, qualquer um de nós já ouviu falar de falsos mendigos que teriam acumulado fortunas explorando a tendência que algumas pessoas têm de oferecer trocados aos andrajosos postados nas esquinas e calçadas das ruas mais movimentadas das cidades. Ao lado dos embustes, porém, existem os mendigos de fato, gente à parte que não se enquadra em nenhuma ordem, maltrapilhos esquecidos e marginalizados nas relações sociais.

MECANISMO IDEOLÓGICO

Difícil definir quem seria, afinal, o vagabundo. Tratando-se apenas de vida ociosa, poderíamos enquadrar na definição toda uma gama de tipos, que iria desde o "boyzinho", "filhinho-de-papai" que, sem fazer nada, recebe gratuitamente o produto social dos trabalhadores, até

chegar ao vagabundo de praça que é mantido pelas esmolas dos passantes, numa condição de vida bem menos privilegiada que a do primeiro.

A ociosidade, aliás, parece ser um dos mecanismos ideológicos mais eficientemente manobrados pela sociedade capitalista. É comum ouvir-se "Ah, se eu fosse rico, não faria nada e viveria de rendas" ou por outra "Preciso ganhar na esportiva para deixar de trabalhar feito uma mula". Na verdade, o nosso trabalho é movido diariamente pelo desejo de ociosidade. Um desejo que resulta em dedicação ao trabalho, redobrando as forças, para um dia ser promovido e... não trabalhar tanto, ou ganhar muito dinheiro, o que, no fim das contas, vem a dar no mesmo. Só que esse redobrar de forças, essa ânsia servil de trabalhar mais e melhor vêm beneficiar exatamente aqueles que, no mesmo momento, já atingiram e gozam regaladamente do "nirvana" do capitalismo: a extravagante ociosidade que, para se materializar, necessita do suor diário de milhões de trabalhadores.

OCIOSIDADE MÍSTICA

Seja acompanhado de maiores ou menores custos sociais, vagabundear é o desejo da espécie desde que o veredito "comerás o pão com o suor de teu rosto" interveio em algum ponto de nossa evolução.

Mas, enquanto a tradição ocidental só aprova a vagabundagem dos que têm o capital acumulado, no oriente ela se reveste de caráter religioso para obter o respeito incondicional da população. Tal é a posição dos bonzos budistas, que só vivem de esmolas e, mais do que isso, preconizam este modo de vida como útil para se alcançar a beatitude final ou nirvana. Encontram-se no Vietname, China, Índia, Japão, Sri Lanka e Sudeste da Ásia. Para ser bonzo, é necessário ter

vinte anos completos, ser são de corpo e espírito, não ter matado ou roubado, e nunca ter sido condenado. Os bonzos só podem ter três roupas próprias (teoricamente recomendadas), de cor amarela ou marrom, uma tigela para mendigar e uma sombrinha para proteger-se do sol. Devem ter a cabeça e as sobrancelhas raspadas e andar descalços ou de sandálias.

Na Índia há também os "saniasis", numerosos principalmente na região sul. Fazem voto de pobreza e castidade. No inverno, habitam mosteiros improvisados, mas a missão de sua ordem é vagar pelo mundo, vivendo de esmolas, na situação aproximada do ioga, dedicados à contemplação de um ponto fixo. O asceta deve exercer um controle absoluto sobre os nervos. Os jejuns e torturas a que se submete resultam num profundo desprezo pela dor física, bem como em completa indiferença pela vida, numa espécie de paralisia intelectual. Frequentemente, o "saniasi" é um antigo brâmane ou letrado de casta elevada que, por fanatismo religioso, ou impellido por algum desgosto, se torna asceta mendicante, em caráter permanente ou provisório. Tamanho é o respeito devotado pela população aos "saniasis" que alguns jesuítas europeus chegaram a transformar-se em falsos "saniasis" a fim de melhor propagar o cristianismo na Índia.

VISÃO ROMÂNTICA

Muitas vezes, na literatura, surgiu uma exaltação à personalidade do vagabundo. Quase sempre, refletindo a própria experiência do autor. É o caso de "Testament", longa série de versos do poeta medieval francês François Villon, onde, ao lado de uma personagem jovial, burlesca, ainda fremente de rumores da vida de vagabundo, encontramos um ser solitário, arruinado pela doença e esmagado pela certeza de morte. O poeta Villon, quando jovem, estivera ligado a elementos marginalizados, formando um bando cujas aventuras causavam muito escândalo em Paris. Em 1453, por exemplo, numa arruaça, o poeta matou um padre. Sua façanha seguinte foi o roubo de quinhentos escudos do Colégio de Navarra, no Natal de 1453.

A obra do russo Maksim Gorki é povoada de maltrapilhos vagabundos que demonstram possuir um penetrante conhecimento da vida, "homens dignos de atenção, que longe de serem estúpidos, alimentam certas aspirações e que convém considerar como uma classe". "Konoválov" é, talvez, uma das melhores novelas de Gorki, e não faltam estudiosos que a consideram a mais importante. O personagem, um vagabundo que no início da narrativa aparece como padeiro — o próprio Gorki, na época, exercera essa profissão — é o mais belo representante da galeria de marginalizados. Termina enforcando-se na prisão, mas confessa em certo trecho: "não tenho um caminho interior, falta-me um truque..."

Há os que considerem Charles Spencer Chaplin um escritor desgarrado da literatura. Seja o que for, foi o cinema que

expressou Carlitos, o vagabundo de chapéu coco, bigode talhado em escova, bengalinha, os sapatos grandes demais, em uma palavra, "o homenzinho", o vagabundo sofrido e maltratado, mas que jamais se humilha. Chaplin ridiculariza os padrões culturais da sociedade estabelecida, zomba de seus dispositivos de controle e coerção, desmistifica a falsa dignidade burguesa. Faz isso com seu prosaico personagem Carlitos, o símbolo mais acabado de um humanismo rebelde.

PUNIÇÕES ARBITRÁRIAS

A temporal e universal, a figura do vagabundo está presente em todos os séculos e em todas as calçadas do mundo. A legislação de muitos países prevê penas para quem estiver encarnando o personagem, variando de acordo com o menor ou maior avanço de seus legisladores. No passado, as punições para o vagabundo iam desde a marcação a ferro em brasa e chicotadas até o alistamento obrigatório nos serviços militares e internamento em colônias penais. Pela lei inglesa, um homem que abandonasse esposa e filhos era considerado um vagabundo.

O dúbio significado das leis comuns sobre vagabundagem refletiu-se nas leis subsequentes, com a consequência de que a acusação de vagabundagem pode significar muitas coisas diferentes e implica em diversas sanções, dependendo da jurisdição. Nos EUA e norte da Europa, a vagabundagem deve geralmente estar acompanhada pelo ato de esmolar antes de se tornar passível de punição. Normalmente, as autoridades desses países simplesmente encorajam o vagabundo a "ir andando", desobrigando-se do encargo financeiro de manter o transgressor. Em alguns países, a lei prevê penas para transgressões mais sérias que o ato de esmolar. Geralmente isso se aplica à pessoa que tem moradia fixa mas adota um comportamento condenado pela lei como imoral, tal como substituição ou prática de jogos de azar.

A vagabundagem é frequentemente utilizada pela polícia e acusadores como um instrumento para a punição de uma vasta gama de comportamentos. Manifestações políticas, obstrução de ruas e passeios públicos, atos desordeiros e inatividade tem sido variadamente interpretados como violação das leis de vadiagem. Esta aplicação arbitrária de um vago estatuto ou decreto tem sido muito criticada por juristas e defensores dos direitos do cidadão.

No Brasil, a Lei das Contravenções Penais em seus artigos 15, 59 e 60 prevê para vadiagem ou mendicância penas que variam de prisão simples, de quinze dias a três meses, até o internamento em colônia agrícola ou instituto de trabalho, pelo prazo mínimo de um ano. Mas o parágrafo único do artigo 59 deixa claro: "A aquisição superveniente (posterior) de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena".

A sentença corajosa de um juiz

A lei é fundamentalmente injusta. No entanto, num inquérito pela contravenção de vadiagem que correu na 5ª Vara Criminal de Porto Alegre, o juiz Moacir Danilo Rodrigues proferiu uma sentença insólita, corajosa e humana. Os principais trechos estão reproduzidos a seguir.

"Marco Antônio Dornelles de Araújo, com 29 anos, brasileiro, solteiro, operário, foi indiciado em inquérito policial pela contravenção de vadiagem, prevista no Artigo 59 da Lei das Contravenções Penais. Requer o Ministério Público a expedição de Portaria contravençional."

"Marco Antônio mora na Ilha das Flores (?) no estuário do Guaíba. Carrega sacos. Trabalha 'em nome' de um irmão. Seu mal foi estar em um bar na Voluntários da Pátria, às 22 horas. Mas se haveria de querer que estivesse numa uisqueria ou choparia do centro, ou num restaurante de Petrópolis, ou

ainda, numa boate de Ipanema?"

"Na escala de valores utilizada para valorar as pessoas, quem toma um trago de canha, num bolicho da Volunta, às 22 horas e não tem documento, nem um cartão de crédito, é vadio. Quem se encharca de uísque escocês numa boate da Zona Sul e ao sair, na madrugada dirige (?) um belo carro, com a carteira recheada de 'cheques especiais', é um burguês."

"Este (o burguês), se é pego ao cometer uma infração de trânsito, constatada a embriaguez, paga a fiança e se livra solto. Aquele, se não tem emprego, é preso por vadiagem. Não tem fiança (e mesmo que houvesse, não teria dinheiro para pagá-la) e fica preso."

"A lei é injusta. Claro que é. Mas a Justiça não é cega? Sim, mas o Juiz não é. Por isso:

Determino o arquivamento deste inquérito.

Porto Alegre, 27 de setembro de 1979. (a) Moacir Danilo Rodrigues, juiz de Direito — 5ª vr crm."

MANJEDOURA

a religião



Não importa muito o conteúdo de suas palavras. Em um determinado momento parece só existir no mundo os seus olhos, os seus gestos, o som de sua voz. E basta olhar para aqueles que o ouvem para ter uma certeza: ele é, de fato, um líder.

Pode já ter lhe acontecido: você sentadinho no ônibus e entra um grupo vestido dos pés à cabeça de cinza, as mulheres com os cabelos presos em coque, os homens sem barba e com cabelos muito curtos, as crianças réplicas perfeitas dos adultos. E uma coisa em comum: o ar altivo, a atitude distante, os olhos perdidos, como se olhassem através das coisas do mundo material diretamente para o Além. Estas pessoas quietas, que parecem não tomar conhecimento do que se passa ao seu redor, são os seguidores da Doutrina Manjedoura Nazareno.

A ALMA DA DOUTRINA

Aspectos pitorescos à parte, o mais importante na Manjedoura Nazareno é, sem dúvida, a pessoa do Pastor. Aparentando cinquenta e poucos

Enviado de Deus compra ônibus e apartamentos

Elói Buges Peralta. Assim é chamado o pastor e fundador da doutrina Espiritualidade Nazareno. Gordo, moreno, de olhar muito esperto atrás dos óculos, o pastor Elói lembra mais o tio abastado da família do que um humilde missionário. E não é para menos. A localização do seu templo, no Bairro Três Figueiras, com cheirinho de verde e de burguesia não poderia dar outra aparência. Ele se recusa a falar às repórteres, alegando que os homens da imprensa interpretam muito mal o que ele diz. Mas aos poucos, vai contando sua vida, sem receios, com muita segurança, de um carisma fantástico. Rega os tetos de uma futura colméia para sua estação de abelhas em Butiá, e começa daí a longa estrutura de pensamento. Ele diz que desde pequeno sentiu ser enviado de Deus. Era uma criança muito inteligente, e já pronunciava em meio aos campos de Tapes, onde vivia, quando o tempo iria melhorar ou quando viria uma chuva imensa, estragando a plantação. Com o tempo, passou a levar a sério esses recados do "espírito divino" e começou a pregar. É embaraçoso para o pastor Elói qualquer pergunta racional, porque as explicações ficam mais dispersas e evasivas. "Não acredito em fé e sim em evolução humana". Mas o que fazem seus devotos, ao acreditarem nas mensagens que ele traz?

Ele sempre recebe uma mensagem do espírito divino antes de agir. Assim foi com o seu sonho de comprar um ônibus, ou

mesmo de oferecer um apartamento para cada uma das "irmãs" que moram com ele em troca de trabalho. Elas são as suas principais devotas: solteiras, idosas, ou viúvas, vêm na sua maioria do interior. Trabalham fora como faxineiras, e moram nos apartamentos que elas mesmas construíram e pagaram por 58 mil cruzeiros. Trabalham durante o fim-de-semana para o pastor e nos domingos vão para a Chácara de Taquara. E ainda existe outro grupo de devotos na Agronomia, na sua maioria de agricultores.

Existem algumas regras: é proibido fumar, beber, tomar remédios, usar jóias, receber visitas de parentes e amigos, casar ou mesmo ir ao cinema. O pastor defende que a sociedade de consumo está corrompida e as pessoas precisam manter uma certa integridade entre si. Ele, no entanto, é casado e tem um filho fora do casamento. É preciso ser cauteloso para conversar com as mulheres da doutrina. Elas têm ordem para não responder entrevistas. É tudo muito silencioso no bloco de apartamentos em que as irmãs moram. Uma delas sentada no andar térreo, fazendo croché, estranhando um pouco as perguntas, contou ser da doutrina, mas disse que não mora no edifício. Tem um filho de 21 anos, que trabalha num banco. Explica como conheceu o pastor:

"Ele é bom, você (para a repórter) já ouviu as palavras dele e sabe que a gente não pode dar entrevista. Eu ouvia o progra-

ma dele há tempo na Itaf, morava em Tupanciretã e meu velho morreu... Daí eu comecei a gostar das idéias do pastor, aliás meu marido também era da religião. Eu me aproximei, mas não moro aqui, só de vez em quando. Moro com meu filho na Veterinária."

Em geral as mulheres insistem em não falar, mas é fácil sentir que seus olhos comunicam, e depois para a conversa é um instante apenas. Elas gostam de contar seus desajustes e conflitos até chegarem a uma verdadeira paz espiritual dentro da religião.

Dona Eva é uma senhora morena, de ossos salientes no rosto e diz ter passado horrores na vida. Ficamos conversando entre a porta do primeiro andar e a sacada porque ela insistia em negar a entrevista. Disse ser muito infeliz antes de entrar para a religião, vivia no "fundo da cama":

Aqueles médicos queriam me dar alta e eu gritava de dor. Me davam alta, daí eu piorava de novo. Vivia brigando com meu velho, tudo estava ruim. E olha moça, eu não vim aqui só pelo que o pastor diz. Por experiências da vida eu cheguei à conclusão que eu era morta espiritualmente, não tinha força para nada, até eu conhecer a religião. Depois que comecei a frequentar, melhorei da doença e o pastor disse que o que havia entre eu e meu marido era um espírito ruim. E era mesmo. A partir daí começamos a viver como recém-casados. Até meu marido morrer."

anos, ele é a alma da Doutrina. Mais do que isso: a Doutrina é ele. As comunidades do interior não resistiram à sua ausência. Só a de Porto Alegre sobreviveu. Na verdade, isto acontece porque o número de fiéis é suficiente para suprir todas as necessidades do pastor. E esta é a principal característica da Doutrina Manjedoura Nazareno: ela é uma organização fundada por uma pessoa, com a finalidade de satisfazer as necessidades psicológicas e materiais desta pessoa, e existirá enquanto esta pessoa existir.

O Pastor não é fanático, nem charlatão. O que ele tem mesmo são características imaturas. Parece que a formação da sua personalidade se interrompeu por qualquer motivo na fase do egocentrismo. Todos os demais aspectos do "eu" amadureceram, mas emocionalmente permaneceu aquela necessidade da criança de negar o mundo que já existe para criar um outro, exclusivamente para si.

A fé é cega. Por isso, o pastor baseou a sua doutrina no que ele chama "evolução espiritual". Atualmente, ele até pensa em mudar o nome da Doutrina para algo mais de acordo com este espírito. É que em suas origens, os ensinamentos se apoiavam nas conversas que o pastor costuma, ainda hoje, ter com Cristo. A evolução busca a perfeição, e esta é obtida através do conhecimento da Verdade.

E a Verdade só é inteligível àqueles que pertencem à Doutrina há muito tempo.

PEQUENA BURGUESIA

O pastor é de Tapes, de uma família de agricultores católica. Aliás, a sua concepção de vida é tipicamente classe média. Como todo mundo, ele também tem vocação para buscar o prazer. Mas sente, ao mesmo tempo, uma grande necessidade de "justificar" estes prazeres através de sofrimen-

tos, para se tornar "merecedor" das orações ajoelhado sob as coisas por este príncipe da, bastante o que justificada revela, no mínimo mesa. Para não falar da garagem, fruto de uma visita do veículo, comprado das e da venda de mel e de ja de Taquara.

Cristã e pequeno-burguesa, sição entre as maldades da alma. O corpo não tem beleza ou tratado. Os não podem tomar qualquer doenças são sempre causadas e denotam necessidade de campo. Assim, se uma pessoa que de alguma forma fez de ser curada: para isso, reúne no Templo, se com. E por falar em curas, o pastor anestesia, antibióticos ou garante que no dia seguinte na cicatriz no lugar da inte-

MASS MEDIA

A maneira de ser do pastor nas na sua família, educação também muito a ver com os meios de comunicação de que ele tem de não se mas por uma evolução concretas, é típica do tecnicismo talidade esta que valoriza e o explicável racionalmente místico, o sentimental, o também por isto que ele



A NAZARENO

o de um só

nar "merecedor". Daí os jejuns e o lido sobre grãos de milho. A se este prisma, ele teria, sem dúvida, que justificar. A sua figura arre, no mínimo, um amante da boa falar da Mercedes estacionada na de uma visão que lhe exigiu a pos- comprado com o dinheiro das faxi- de mel e outros produtos da gran-

o-burguesa é também a contrapo- naldades do corpo e as excelências o não tem necessidade de ser em- atado. Os membros da Doutrina ar qualquer tipo de remédio. As mpre causadas por falhas espiri- n necessidade de progredir neste se uma pessoa tem dores, é por- forma fez por merecê-las. Mas po- para isso, toda a congregação se lo, se concentra e derrota o mal. curas, o pastor faz operações sem óticos ou instrumentos especiais. dia seguinte, só resta uma peque- gar da intervenção.

r do pastor não tem origem ape- ia, educação e classe social. Tem ver com a cultura veiculada pe- nicação de massa. A necessida- de não se dizer inspirado pela fé, ição com características cientí- tecnicismo da nossa época. Men- e valoriza o material, o numérico onalmente, e considera pueril o mental, o apenas perceptível. É o que ele precisa possuir, pois o

poder hoje não está com quem sabe, sente ou crê, mas com quem tem.

REALIDADE RESTRITA

Construindo um pequeno mundo, a realidade de muitas pessoas se restringiu à que era a ideal para o pastor. Passando por várias fases, parece ter conseguido um ponto ótimo. Número reduzido e próximo de adeptos, tranquilidade econômica. Um mundo de poucos homens, mulheres que seguem o modelo de mulher que ele acha correto, e algumas crianças acidentais. Novos membros não são aceitos. Segundo o pastor, isto interromperia o processo de evolução espiritual dos demais, e ele teria que começar do zero por causa de um ou dois. É de se cogitar se esta não seria uma atitude de auto-preservação: impedir o contacto dos discípulos com outras influências. Um bom número de adeptos já é nascido dentro da seita. Outros entraram com pouca idade. Ao mesmo tempo, o pastor considera a educação perniciosa. O casamento está proibido. As crianças são extremamente sérias, portam-se como adultos. Não brincam na rua, não tem nenhum contacto com crianças de fora da Doutrina. O que acontecerá com elas e com os demais seguidores, quando o pastor morrer? A Manjedoura Nazareno, como qualquer religião, parece ser a negação da religiosidade natural do homem. Ao invés de libertar e proceder a uma verdadeira evolução, o que ela tem feito historicamente é tirar do indivíduo sua sensibilidade, sua sensualidade, sua razão e sua emoção, privá-lo de suas expressões mais humanas, a serviço dos interesses de classes, grupos, ideologias, Estados... e indivíduos com características especiais.



A MESMA ATITUDE

É claro que aqueles que seguem uma Doutrina como a da Manjedoura tiram disto compensações. Obtêm coisas que, no momento em que lhes foram apresentadas, pareceram muito melhores que a realidade que viviam. A maior parte destas pessoas procede do interior. São simples, cordatos, simpáticos e atenciosos. Têm uma grande sensibilidade e tendência para os aspectos místicos e misteriosos do quotidiano. Na época da conversão, buscavam respostas para questões que eles mesmos não sabiam quais eram. Sentiam-se diferentes, como que inadaptados dentro do seu ambiente. Todas estas características podem ser encontradas de modo exacerbado no próprio pastor. O seu sucesso pode ser atribuído em primeiro lugar a este fato: ele é um deles, na maneira de se expressar e de conduzir, e no universo simbólico, de conhecimentos e convenções.

COMO UM POLÍTICO

Se apresentando como um homem escolhido, diferente dos demais, o pastor se comporta como certos políticos. Dá à sua simplicidade características de espetáculo, representa para os seus adeptos uma imagem deles próprios, com toques teatrais. Como um rascunho passado a limpo, esta imagem se torna inteligível para todo o seu público. Vocação inerente para lidar com a massa, ele tem uma capacidade incrível de detectar os que poderão se mostrar sensíveis aos seus apelos. O pastor e a Manjedoura vieram ao encontro dos desejos de um grupo de pessoas. Como uma boa empresa moderna que é, além de visar lucro, também precisa da aprovação da sociedade em que está inserida, para funcionar. E a aquiescência desta sociedade maior se dá, também, pelo preenchimento de uma lacuna: a Manjedoura veio fornecer a mão-de-obra das faxineiras honestas, educadas, simpáticas e competentes. Para não falar do mel puro e das verduras criadas sem adubos artificiais...



Pastor descobriu o Brasil

A idéia de existir uma religião de um único líder não é nova. Já nos Estados Unidos, algum tempo atrás, o Reverendo Ike, fundador da Igreja Unida e Instituto da Ciência de Viver defendia que "na falta de dinheiro está a raiz de todo o mal". E elaborando mais esse simples chavão, surgiu toda uma filosofia de vida. Baseado nessa concepção, o Pastor Elói construiu um reino de paz e prosperidade. Pesquisando seu passa-

do, surgiram detalhes muito contraditórios: em reportagens do ano de 1976, o pastor Elói havia dito que deveria sair do mundo em 1977 e largar a obra, o que definitivamente não aconteceu. Respondeu vários inquéritos policiais por estelionato, bigamia e charlatanismo. Em 1963 foi preso e houve uma concentração de devotos em frente à Assembléia Legislativa, incluindo homens, mulheres

e crianças da seita, que só desistiram depois que libertaram o pastor. Em 1976 existiam 3 mil e 500 adeptos da religião. Muitos devotos já foram bancários, comerciários e datilógrafos e o pastor dá trabalho para todos dentro da própria seita. Ele nega o espiritismo e a umbanda, mas acredita na reencarnação: suas duas últimas vidas foram como Pedro Álvares Cabral e Tiradentes.

A classe média contra a parede

Setembro de 1979. Uma grande greve se espalha de Porto Alegre para o interior, congregando praticamente toda a categoria de vigilantes particulares. Mais um movimento que põe a nu velhos problemas. A segurança é apenas um deles. Sim, porque nisso não há novidade nenhuma: segurança sempre foi problema neste país. Desde os tempos em que se defendiam as sesmarias contra a pirataria, a história só tem feito aumentar de proporções. Mas o nosso passado mais recente registra um fenômeno novo. Não são mais apenas empresários, senhores de terras e grandes proprietários as vítimas de atentados. É a classe média, o profissional liberal e, até mesmo, aquele antigo malandro que hoje acorda às seis para pegar o trem da Central. A velha classe média, tradicionalmente encarregada da manutenção da sociedade, funcionou sempre como uma espécie de

amortecedor, impedindo os choques entre as outras classes, e absorvendo-os em si. E agora?

A partir dos seus pontos de contato com a classe alta e a baixa, a média pôde desenvolver toda uma cultura e maneira de ser muito próprias, que confirmam a sua existência independente e reforçam todas as funções decorrentes da sua posição intermediária.

Todos estes dados fundamentais, que Maquiavel não esqueceria de lembrar ao príncipe, foram deixados de lado pelos nossos últimos governantes. Se a classe média é necessária à estabilidade da sociedade, e se a manutenção da sociedade estática é condição para a perpetuação dos privilégios das classes dirigentes e dominantes, é fácil concluir que alguém se perdeu na poeira em algum ponto do caminho.

GRANDE CONFUSÃO

Há quase trinta anos este país resolveu seguir o exemplo de outros subdesenvolvidos e viver 50 anos em cinco, dar o Grande Passo Para A Frente, queimar etapas, etc., etc. Em uma palavra, industrializar-se. Afinal, não era justo que apenas os políticos de outros países pudessem enriquecer de uma hora para outra. Logo, nos proclamamos um país em desenvolvimento, e tratamos de produzir bens não-duráveis, para agilizar a economia e — muito importante — com o maior nível possível de sofisticação. De qualquer forma, não houve a esperada formação de uma nova classe média, mas sim, uma grande confusão no aparato ideológico desta classe. Ela dividiu-se em *média alta A, B e C; média-média, média-baixa, média muito baixa, média ridiculamente baixa*, etc. Ou seja: datam daí as bases de um fenômeno social da maior importância para a realidade brasileira: o achatamento da classe média. Na mesma proporção em que o pequeno comércio, a indústria caseira, as profissões liberais, os empregados do setor terciário cada vez mais acentuadamente se proletarizam, vai se formando um grande vácuo no lugar da antiga classe média. Em uma sociedade capitalista, por natureza escalonada numa hierarquia econômica, não podem haver espaços abertos como este que vemos se formar: é o começo do seu fim como sistema.

DIFERENÇAS ECONÔMICAS

A partir disto, vemos a violência sendo dirigida cada vez mais contra as vítimas

deste estado caótico de coisas — e não contra aqueles que seriam os opressores. As classes baixas se entredoraram, representantes de segmentos com pequeníssimas diferenças econômicas se digladiam como se estivessem nos extremos da pirâmide. Enquanto os pequenos se aniquilam mutuamente aqui em baixo, os grandes tratam de se preparar para uma guerra que fatalmente virá, se não na forma de uma revolução popular organizada, na forma de um recrudescimento da realidade que já conhecemos — a violência isolada, desorganizada, mas fulminante. Como as autoridades de segurança oficiais andam dando provas de não serem de confiança as classes dominantes — vide greve da PM em Salvador — algumas soluções de emergência começam a surgir.

Não é à toa que de uns dez anos para cá nos sejam tão familiares estes verdadeiros exércitos, armados e coordenados pelo aparelho de segurança oficial, mas com vistas à defesa da propriedade privada apenas daqueles que os podem contratar: são as empresas de vigilância particular.

Tanto quanto seus colegas da segurança pública, os vigilantes particulares tem mais identificação com aqueles que teoricamente deveriam perseguir do que com os que se colocam como seus patrões e inimigos. Mas a realidade se apresenta muito mais crua ao vigilante. Porque não há nenhuma catequese ideológica que justifique a sua ação. Ele não está ali para defender a Pátria, nem a Igreja, nem a Tradição, nem a Família. A relação entre o vigilante e o empregador, através da empresa, deixa bem claro a qualquer um deles que sua função é defender os bens de alguém que se apresenta como um patrão.

É mais simples a conscientização do vigilante particular. E é bom notar que uma das coisas que propiciou o bom desenrolar do movimento de 79 foi a não existência de um verdadeiro sindicato ou órgão burocrático, mas apenas uma entidade extra-oficial. Embora todas as reivindicações se limitassem a aspectos trabalhistas imediatos, e estivessem restritas às condições da categoria, já é muita coisa. Os próximos passos poderão ser mais abrangentes, e, quem sabe, poderá sair de um grupo realmente de base, como este, uma solução não-violenta para toda esta perspectiva de guerra que temos diante dos olhos.

Eunice Gruman



À procura de segurança

O diálogo ocorreu entre um repórter de televisão e o Secretário de Segurança do Estado de São Paulo:

— O que deve a população fazer contra a crescente onda de roubos, assaltos e violência?

— Deve procurar defender-se armando-se contra ela.

A resposta foi dada por um secretário de segurança. Mas manifesta o pensamento da maior parte da sociedade brasileira, que se sente cada dia mais ameaçada pela crescente onda de atentados contra a pessoa e sua propriedade, muitas vezes até nem maior que um relógio e um *berão*.

Independente da impotência do Estado em cobrir os atentados, a violência e a criminalidade, ou até por causa dela, a população foi levada a pensar como o Secretário de Segurança do Estado de São Paulo. A sensação de segurança aumenta quando a pessoa está de posse de uma defesa — a arma — mesmo que ela para quase nada sirva na hora de um roubo ou de um assalto. Por isso a procura de armas tem-se mantido estável neste período de crise, ao contrário do que ocorre em quase todos os outros setores do comércio, que sofreram violentas quedas de vendas.

Hoje a venda de armas no Estado, e especialmente nos grandes centros urbanos, está cercada de facilidades, em tudo iguais às oferecidas em qualquer outro setor do comércio.

Quem for maior de idade poderá adquirir uma arma em qualquer loja e obter o registro da mesma, garantindo assim a obtenção de munições. Se não for possível comprar à vista, poderá fazê-lo em 3 prestações sem acréscimo, ou em número maior de prestações, com juros normais do comércio.

Uma arma média — boa marca, calibre 32, cano longo — custa no mercado em torno de Cr\$ 15.000,00, com todas as facilidades de aquisição. Uma outra — boa marca, calibre 22, cano longo — classificada por um vendedor como sendo "para matar tico-tico", custa em torno de Cr\$ 10.000,00. A munição para a ar-

ma de calibre 32 está custando Cr\$ 60,00 a unidade, podendo ser adquirida somente mediante apresentação do registro da arma e em número de 12 unidades por mês.

Todas as armas vendidas em Porto Alegre precisam ser registradas. No entanto, isto em nada dificulta a compra da arma. A rotina é a seguinte: o interessado vai à loja e escolhe a que lhe agrada. Então paga a arma ou escolhe as condições de crédito que lhe convierem. Uma vez confirmada a compra, a loja providenciará a obtenção do registro. O cliente deverá aguardar por 15 dias a obtenção do documento, podendo então retirar sua arma. Este registro assegurará o controle do Estado sobre as armas em poder dos cidadãos e garantirá a munição.

Para o pedido do porte basta que a pessoa comprove que está trabalhando e traga o registro da arma. A obtenção do porte será facilitada para funcionários públicos, taxistas, viajantes e caminhoneiros, mas não é impossível para quase ninguém.

O controle sobre as armas e a venda de munições não é tão eficiente quanto pode parecer. Ainda existe um grande número de armas sem registro. E há, à revelia da lei, muitas lojas ainda vendendo munições a pessoas cujas armas não possuem o devido registro. Isto é muito comum no interior do estado, onde o controle é menor.

Nas regiões que fazem fronteira com a Argentina é muito frequente o aparecimento de armas contrabandeadas. Há poucos anos, quando a relação de troca das moedas com o vizinho país ainda era favorável, as armas contrabandeadas eram mais procuradas do que as fabricadas no Brasil, até porque as munições destas armas podiam ser facilmente obtidas e a preços bem inferiores. Este contrabando incluía desde as armas mais simples até as automáticas. Agora o mercado está decadente devido às mudanças cambiais entre o Brasil e a Argentina.

É indiscutível que a população a cada dia sente mais medo dos assaltos e roubos. Alçadas a

esse clima de medo e insegurança, as facilidades hoje oferecidas no mercado para a aquisição de uma arma fizeram com que o número de armas crescesse de maneira espantosa. Também o contrabando, em certas regiões, tem contribuído com o crescimento do volume de armas.

No entanto, se analisarmos as consequências de uma população armada contra roubos e assaltos, seguramente chegaremos à conclusão de que de nada adianta todo esse incentivo ao uso de armas. Existe um grande número de pessoas que preferem não reagir quando roubadas ou assaltadas, ou então não tem chances de tentar qualquer defesa. A consequência mais grave, porém, é o perigo que existe de as armas não serem usadas para a defesa. Muitos *desafetos* esquecidos por um *quero desarmado* acabarão sendo tirados a limpo por um *índio macho barbaridade*, de revólver na cintura. Enfim, muitos crimes poderão ocorrer por desentendimentos que em outras circunstâncias seriam resolvidos *no tapa*.

VILMAR HOLZ



A infalível técnica dos ladrões profissionais
Proprietários de Fiat e Chevette são as vítimas mais comuns
Esconder o toca-fitas no porta-luvas não adianta nada

Todos os meses, em Porto Alegre, centenas de toca-fitas são roubados dos carros de seus proprietários. A grande quantidade de automóveis equipados com paraférrnias sonoras — este é um dos poucos luxos a sobrar após a proibição do rebaixamento da suspensão e do uso da tala-larga — garante aos que se ocupam de seu furto e revenda um promissor e florescente mercado.

Em lojas especializadas e grandes magazines, compra-se um toca-fitas por preços que variam entre Cr\$ 11.000,00 e Cr\$ 25.000,00. Dependendo da necessidade do ladrão e do número de intermediários pelos quais passa até chegar a seu comprador final, qualquer modelo pode ser conseguido com facilidade neste mercado paralelo, por preços em torno de Cr\$ 5.000,00.

A não ser em caso de muito aperto, quem rouba o toca-fitas nunca *coloca* o produto do furto. Nas muitas quadrilhas que atuam na cidade, o procedimento usual é a divisão do trabalho. Do roubo propriamente dito participam, em geral, três elementos. Da venda se ocupam vários outros que conheçam um bom número de compradores em potencial — jovens proprietários de carros, quase sempre ariscos a empenharem sua *grana* num caríssimo aparelho novo, reservando-a para gastar com gasolina.

PREJUÍZO INEVITÁVEL

A técnica desenvolvida pelos profissionais para retirar o toca-fitas do automóvel escolhido é bastante sim-

ples, mas praticamente infalível. Depois que um carro ficou na mira, é difícil que o toca-fitas escape, e o prejuízo é inevitável. Além do preço do aparelho e da compra de um novo, outros prejuízos são causados pela ação do ladrão, como a destruição da fechadura e danificação do painel ou consola.

Os modelos preferidos são o Chevette e o Fiat, pois apresentam algumas facilidades para o roubo. Depois de observar o proprietário do veículo para assegurar-se que demorará o tempo necessário, 2 indivíduos ficam na campana para evitar surpresas como transeuntes ou alguma viatura da polícia fazendo a ronda. Enquanto isso, um terceiro indivíduo entra em ação. Com uma chave de fenda fina, é forçada a fechadura da porta do Chevette e a ventarola do Fiat. Em alguns casos, pode ser usado um arame ou ainda a quebra do vidro lateral traseiro, mas o objetivo é o acesso à maçaneta interna da porta e, finalmente, ao interior do veículo.

Uma vez dentro do carro, o ladrão permanece sentado com as pernas para fora com a porta aberta e rapidamente retira o toca-fitas de onde ele esteja afixado. No Chevette, equipado com um frágil painel de material plástico, um simples puxão libera o toca-fitas. Nos outros modelos, com o auxílio da chave de fenda, o

aparelho é facilmente retirado. A operação, rápida, dura escassos minutos e a *gang* sai à procura de uma nova vítima.

PROVIDÊNCIA ÚNICA

Defender o patrimônio frente a eficiente técnica dos ladrões torna-se muito difícil, mas não impossível. Instalar o aparelho dentro do porta-luvas do carro não resolve muita coisa. O aumento da dificuldade no acesso é muito pequeno e tal precaução não esconde de ninguém que há um sistema de som no carro, pois os sofisticados alto-falantes o denunciam. A única providência realmente eficaz consiste em dotar o veículo de um alarme que dispare a buzina quando se tente abri-lo, assustando e afugentando o ladrão. Apesar de caro, protege o carro contra qualquer tipo de roubo.

Tentar reaver o toca-fitas perdido é esforço vão. Poucos proprietários sabem o número de série de seu aparelho e raras vezes registram a queixa. Como o toca-fitas logo será vendido e estará equipando outro carro, o trabalho da polícia para localizá-lo é muito dificultado.

Aprenda como roubar toca-fitas de carro



O ladrão espera a barra ficar limpa...



... com a chave-de-fenda força a ventarola...



... abre o carro por dentro...



... com os pés para fora da porta...



... trabalha no toca-fitas...



... e o retira em poucos minutos.

Textos: Cecília Silveira
 Horst Knak
 Maria Rajana Vargas
 Fotos: Horst Knak



Seis da tarde em Porto Alegre e tudo bem.

Ruim pr



Aqui embaixo, porém...

Chora, empresário, chora...

T R A N S P O R T E C O L E T I V O

"As empresas de ônibus são as grandes sacrificadas pela adoção da passagem escolar e da tarifa social. Isso porque o transporte coletivo não é subsidiado pelo Governo." É o que diz Nelson Lemos Soares, Assessor Administrativo do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Porto Alegre. Nelson também é Gerente Administrativo da empresa de ônibus Gasômetro, que possui a concessão de duas linhas no Bairro Santana.

"O Sindicato das Empresas procurou sempre defender os interesses do empresário, que em última análise é um comerciante, e como tal visa ao lucro", prossegue, dizendo que "a adoção da passagem escolar é discriminatória, porque beneficia apenas uma fração dos usuários e prejudica grandemente as empresas. Deve-se salientar que, da mesma forma, a população toda é prejudicada, pois é ela quem vai pagar a diferença. Assim sendo, não acho justa a meia passagem".

Nelson Lemos cita ainda o caso do aumento do número de passagens, de 50 para 75. "O vereador Sadi Schwerdt, do PDT, cria um projeto de lei por semestre, sem levar em conta a oportunidade, nem um mínimo de bom senso. O parlamentar antes achava que 50 passagens era pouco; queria, então, ampliar esse número para cem. Achei um absurdo, fui falar com ele. Aí ele me veio com outra. Então vamos baixar para 75." Eu me surpreendi novamente. Por que 75, perguntai a ele, argumentando que as antigas 50 já eram o suficiente, baseado em um levantamento feito ao longo de vários anos. Mostrei-lhe a tabela, os dados que comprovavam a minha tese. Ele não quis nem saber, e me falou beixinho, ao pé do ouvido, que isso era uma questão do Partido, da qual não poderia abrir mão. Foi impetrado um recurso contra a lei, mas perdemos.

Agora, parece que o vereador enlouqueceu de vez. Não satisfeito com as 75 meias passagens, Sadi Schwerdt quer passagem gratuita para os estudantes. Isso não podemos admitir de forma alguma. O grande prejudicado vai ser o operário, que vai sofrer com o repasse que a passagem não paga vai sofrer. Deve-se sempre lembrar que o aumento do preço da passagem é calculado com base numa média de usuários, com a tarifa média. Se, de repente, a metade dos usuários não pagar nada, a outra metade vai ter que pagar por si e pelos outros. Por outro lado, se houver alguma forma de subsídio, esta ainda seria a melhor solução." Como exemplo, o assessor administrativo do sindicato cita uma tarifa extra, a ser paga por toda a população, incluída na taxa de luz, de água, imposto predial, etc. Aí eu concordo com a redução da tarifa. De outra forma, os empresários irão sem demora à falência."

Nelson Lemos Soares lembra que existem três fórmulas para a consecução do transporte coletivo. "O serviço que prestamos é de utilidade pública, então o Estado deve estar do nosso lado, dando-nos assistência financeira, para que o serviço não ande para trás. O empresário necessita uma continuidade de lucros, para que a frota possa ser renovada e as despesas custeadas. Veja-se bem, um ônibus custa a bagatela de três milhões de cruzeiros e tem a vida útil de dez anos. A primeira alternativa seria a remuneração condizente com a prestação do serviço. Porém é logo descartada, porque o ônus vai fatalmente recair sobre o usuário."

Em segundo lugar, Soares coloca a estatização. Mas lembra logo a Cia Carris Porto-Alegrense. "A Carris sempre deu prejuízo, mais porque as diversas diretorias sempre usaram a posição para tirar proveito eleitoral. Aliás, esse fato aconteceu em muitas empresas estatais. O diretor é nomeado, traz os seus assessores, amigos, parentes, mas o serviço prestado é aquela porcaria. Atualmente a Carris somente

conseguiu fugir ao eterno saldo negativo, porque obteve um empréstimo de 50 milhões de cruzeiros a fundo perdido. Senão também teria se enterrado em prejuízo. Finalmente, a estatização eliminaria a concorrência, que considero vital para um bom atendimento ao usuário. Atualmente somos 20 empresas em Porto Alegre. Um dia já fomos muito mais. Os pequenos fecharam, perderam as concessões e foram absorvidos."

Por último, seria a criação de uma tarifa extra, incluída em algumas outras taxas, como a água, luz, imposto predial, etc. Para Nelson, "esta seria ainda a melhor solução, pois o rico, que não anda de ônibus, pagaria a condução do pobre, que teria um ônus menor com transporte. A própria passagem escolar poderia utilizar essa forma de arrecadação".

Outra questão polêmica é a dos táxis-lotação. Quando dá seu surgimento, o Governo definiu o lotação como um automóvel de quatro portas, e gasolina: em última análise, o Opala. As empresas não aceitaram, porque o automóvel em questão dificilmente suportaria mais de três anos, sem apresentar problemas. "Decidimos, então, ficar de fora. Depois, a prefeitura decidiu substituir os opala por kombi (ainda no projeto). Afachamos viável a nossa participação. Mas o Governo disse não, que não haveria volta. Agora, começaram a falar no microônibus a álcool, de 17 lugares. Novamente nos manifestamos contra, porque, na verdade, o lotação vem tirando passageiro do

ônibus. Aquele que vinha de carro ao centro, mesmo com a garantia de certa comodidade, vai preferir continuar vindo de automóvel. Então vamos sair perdendo novamente." As empresas de ônibus entraram com pedido de concessão, que lhes foi negada. Para Nelson Soares, essa concorrência é suicida e muitas empresas serão obrigadas a demitir funcionários e reduzir a frota, "o que vem, em última análise, prejudicar toda a comunidade".

GREVE

Em 1979, os motoristas, cobradores, fiscais e largadores decidiram por uma paralisação, pedindo melhores salários e condições de trabalho. Entre essas reivindicações havia o uniforme, a fixação de um piso salarial para oito horas de trabalho diário, com um máximo de duas horas extras.

Vitória a greve, os trabalhadores em transportes coletivos tiveram aumentos que variavam entre 150 e 160 por cento. O porta-voz do sindicato diz que "na época o Governo disse que repassaria aos empresários parte do aumento concedido. No entanto, isso não aconteceu. Uma semana depois, o secretário municipal dos Transportes, Jarbas Haag, disse que estava grato aos empresários por concordarem com o ônus do aumento. Por isso, temos muitas razões para crer que os maiores prejudicados naquele movimento foram os empresários".

Pelegos, avante!

A greve dos motoristas, em 1980, foi um marco definitivo nas conquistas dos motoristas, cobradores e fiscais do transporte coletivo de Porto Alegre. Segundo a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, a satisfação entre os filiados é grande, em função das conquistas do ano passado. Para Otelo Oliveira da Silva, as melhorias foram sensíveis e ocorreram em vários níveis, de modo que abrangessem as reivindicações da maioria dos trabalhadores. Diz Otelo que agora a categoria "tem a felicidade de ter um piso salarial de Cr\$ 21.576,00 para motoristas, Cr\$ 18.290,00 para largadores e fiscais, e Cr\$ 12.476,00 para cobradores - índices bastante satisfatórios, pois em 1976 um motorista recebia a importância de Cr\$ 976,00 mensais". O presidente do sindicato faz questão de frisar que todas estas vitórias são fruto da luta dos trabalhadores e também do "bom entrosamento entre seu sindicato e o dos proprietários de empresas".

Mas as reclamações surgem no que diz respeito aos deveres das empresas para com os trabalhadores: a maioria delas não dá uniforme a seus funcionários, aspecto esse que seria obrigatório segundo a convenção existente.

CORREDORES

A organização do trânsito, para a maioria dos motoristas, é boa. Segundo eles, a Secretaria dos Transportes e os outros órgãos responsáveis têm colaborado bastante, não deixando que surjam problemas graves. Os corretores de ônibus são uma tentativa de racionalizar

o transporte de massa e o próprio trânsito, e geram grande expectativa entre os motoristas. "O negócio agora é deixar o tempo correr, até sairmos da fase de experimentação, né?"

ASSISTÊNCIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, para Otelo da Silva, "vem mantendo um funcionamento exemplar. Foi enérgico quando precisou lutar pelas reivindicações dos associados e, após ter conseguido uma vitória em termos trabalhistas, não mudou o ritmo de atendimento. Mantém hoje uma assessoria jurídica que atua diretamente no trânsito, na polícia, etc., além de assistência social, que é muito procurada pelos associados. Se depender do Sindicato, o sistema atual de transportes coletivos só tende a melhorar.

Por outro lado, Celso Barbosa, motorista da Cia. Carris Porto-Alegrense, acha que o sindicato deixa muito a desejar. "Uma vez eu precisei de um advogado. Fui no sindicato, pedi um. A coisa era urgente. Passou uma semana, e nada. Aí senti que estavam me enrolando. Tu sabes, né? ... quando o sapato aperta, a gente solta o cordão ou troca de sapato. Larguei o sindicato e peguei um advogado particular. Assim não dá, né? Quando a gente mais precisa acontece uma coisa dessas. Então não tenho muitos motivos para achar que o sindicato está ao meu lado. Acho, até, que a conversa entre os dois sindicatos, o dos patrões e o nosso, é melhor. Dá para entender?"

ra a todo mundo

A questão dos transportes coletivos de Porto Alegre já há algum tempo vem recebendo uma atenção especial de políticos do município. Hoje, com a gravidade do problema — quer pelo aumento violento das tarifas, pelas más condições das viagens e até mesmo pelo empurrão nos corredores de ônibus — se intensifica o debate político a respeito da ineficiência deste serviço. Projetos são lançados e leis, aos poucos, estão sendo regulamentadas. O mais recente projeto sobre transportes aprovado pela Câmara Municipal diz respeito às passagens escolares: concede aumento de 50 para 75 no número de tickets vendidos mensalmente aos estudantes. Este é um dos nove projetos do vereador Sadi Schwerdt, do PDT, relacionados com o serviço de transporte coletivo do município. Sadi Schwerdt desenvolve estes trabalhos desde 1977, quando projetou a implantação da passagem social, que beneficiaria o trabalhador, o servidor público civil e militar que recebesse até dois salários mínimos, em um desconto de 50% do valor da tarifa vigente. O projeto foi

vetado inteiramente pelo prefeito Socias Villela.

ANTIGA NECESSIDADE

Quando foi apresentado este projeto, há 4 anos atrás, a passagem social já era uma necessidade. De lá para cá, o agravamento da crise econômica do país, sem dúvida, a sua importância e urgência é bem maior, no sentido de amenizar os gastos do assalariado, pelo menos nos transportes. Principalmente quando existe um dispositivo constitucional estabelecendo que o operário brasileiro deve gastar no máximo 3% de seu orçamento com passagens. Somente em Porto Alegre — excluindo a região metropolitana — onde as tarifas custam 15 cruzeiros, um operário gasta, em média, 16,5% do seu salário em transporte. Porém, o projeto do vereador Sadi foi vetado sob alegação de ser "contrário ao interesse público". O que a Secretaria Municipal dos Transportes justifica, mostrando que o valor da tarifa é inversamente proporcional ao nú-

mero de passageiros transportados. Como cada dois usuários com passagem social seriam computados como um passageiro normal, a tarifa teria que sofrer um reajuste muito elevado. E isto acarretaria prejuízos aos usuários de maior renda que, obrigatoriamente, teriam que cobrir o desconto concedido aos trabalhadores.

Este argumento serviu também como justificativa para o veto de outros três projetos do vereador Sadi. O primeiro, ainda em 1977, dando aos estudantes o direito de adquirirem 90 passagens por mês. O segundo, no ano seguinte, que foi a primeira tentativa de instituir o número de 75 passagens. O outro, encaminhado em agosto de 1980, daria o direito da passagem gratuita aos alunos dependentes de pais que tivessem renda mensal inferior a três salários mínimos, ou solteiros com renda mensal até dois salários mínimos.

DEFESA DO LUCRO

Conforme cálculos do autor do projeto, obtidos pela fórmula matemática apresentada pela própria SMT, "a gratuidade das passagens iria alterar a tarifa dos demais usuários em apenas 2%". Porém, a SMT entende ainda inconstitucional estes projetos, tendo em vista as normas básicas para empresas que exploram serviços públicos. Estas regras obrigam a existência de tarifas que permitam a justa remuneração do capital (maior lucro) e asseguram o equilíbrio econômico da empresa.

Em todos estes vetos um fato fica muito evidente: a defesa dos interesses das empresas privadas no sentido de não quererem correr risco algum quanto ao lucro. Na verdade, mesmo sendo implantadas estas passagens especiais, as empresas de transporte não perderiam dinheiro, apenas deixariam de ganhá-lo nas atuais proporções.

Na opinião do vereador Sadi Schwerdt, ao se fazer uma análise um pouco mais abrangente sobre os problemas dos transportes coletivos, "a solução se resume numa posição política bem definida: o serviço de transportes ficar a cargo dos órgãos públicos."

DIVULGAÇÃO EUFÓRICA

A validade dos corredores de ônibus é mais um ponto conflitante entre políticos e empresários do setor de transporte coletivo. Para a vereadora Jussara Gauto, do PMDB, "só quem está obtendo lucro com os corredores são as empresas". Segundo o raciocínio da vereadora, "se os empresários estão gastando menos combustível e se este subiu apenas 13,3% a passagem de forma alguma poderia ter subido 50%."

Os empresários, por sua vez, são unânimes em elogiar a implantação do sistema, inclusive ressaltando a proteção que os corredores oferecem aos usuários. Quanto à economia de combustível o presidente da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Rio Grande do Sul, Ilo Pedro Menta, afirma que a sua empresa só registra economia de apenas 1% do combustível consumido pela frota.

A outra crítica apresentada pela vereadora é que até agora os corredores não foram aprovados pela população que, inclusive, resalta Jussara, "nem foi consultada se queria ou não corredores na cidade". Também reivindicando um debate antes da obra, o vereador Sadi Schwerdt diz que a decisão veio da Empresa Brasileira de Transportes Coletivos, "lá de Brasília". "No lançamento, a divulgação foi eufórica e a sociedade ficou bloqueada de colocar posições contrárias", lembra Sadi. Para ele, este novo sistema viário só veio melhorar o trânsito dos carros, nada mais.

VEREADOR DA BICICLETA

Idealizador da pista de bicicleta do Parque Marinha do Brasil e já considerado *vereador da bicicleta*, o vice-líder do PDS na Câmara, Frederico Barbosa, está preparando um plano-piloto sobre ciclovias para a cidade de Porto Alegre. Desde 1975 o vereador realiza vários planos de implantação de pistas para lazer e ciclovias, principalmente, em avenidas que tem possibilidade de serem prolongadas.

Seu projeto em andamento tem basicamente por objetivo alertar os órgãos públicos federais, buscando verbas. Nela, Frederico Barbosa salienta a importância dos trajetos na zona norte, onde se concentra grande contingente de operários e se localiza a maior parte das indústrias da Grande Porto Alegre, e no percurso da Avenida Ipiranga, que facilitaria o acesso dos estudantes às escolas. E, segundo o vereador, é principalmente, nestas duas classes — a assalariada e a estudantil — que a bicicleta exerce sua maior função, é mais útil e ganha importância na vida da cidade. A eficiência deste veículo é demonstrada na constatação de que "em uma vaga de automóvel estacionam dez bicicletas e o espaço ocupado por cinco bicicletas em movimento corresponde ao espaço de um automóvel".

Apesar de o uso da bicicleta ter aumentado consideravelmente nos últimos tempos, e mesmo sendo utilizada como meio de transporte por alguns, o vereador ainda sente muitas dificuldades para concretizar suas idéias. Os problemas vão "da falta de conscientização da população em geral até a escassez de incentivo dos órgãos administrativos públicos". Porém, o vereador do PDS leva adiante e com muito entusiasmo e esperança seu plano de ciclovias, mesmo que precise sempre se justificar que não é maluco dizendo: "Mas com tanta gente morrendo de fome... pensar logo em bicicleta? E quem sabe se com o dinheiro economizado nas passagens eles não conseguem um prato a mais de comida!"



Pô, já tô há uma hora nessa fila!

Até a pé nós iremos lutar por um transporte melhor

Dentro do último quadro geral de aumentos, o transporte coletivo foi novamente afetado. Quem mais sofre com esses constantes aumentos é a população de baixa renda para a qual é essencial o transporte coletivo. Ainda no primeiro semestre do ano, quando a elevação da tarifa chegou a Cr\$ 15,00, a FRACAB — Federação das Associações de Bairro — procurou intervir em favor dos trabalhadores, realizando uma manifestação junto ao Palácio Piratini. As reivindicações da FRACAB eram pelo congelamento da tarifa, sendo popular e única ao preço de Cr\$ 10,00, para a Grande Porto Alegre. Além dessa manifestação, a FRACAB também promoveu um ato público na Assembleia Legislativa, unindo trabalhadores de todo o Estado. Apesar de até agora nenhuma solução ter sido dada pelo governo, os trabalhadores unidos à FRACAB pretendem continuar sua luta. O Presidente do Conselho Deliberativo da FRACAB — Júlio Enés de Araújo — esclarece que a Federação insistirá no congelamento ou em outra solução para a redução da tarifa como um subsídio concedido pelo Estado. O presidente argumenta que se o governo subsidia a repressão e a vinda de multinacionais, por que não subsidiar o transporte coletivo para os trabalhadores. Ainda em relação à tarifa, quem alcançou alguma vitória foram os estudantes que há tempos vinham tentando a venda de um maior número de passagens por mês. Desde 1977 esse projeto vinha se arrastando sem nenhum êxito, devido a pressões de proprietários de empresas de ônibus. Finalmente, com o auxílio do vereador Sadi Schwerdt, depois de muita luta e alegações, as empresas foram obrigadas a vender 75 passagens escolares por mês em vez de 50, como vinha sendo feito até agora.

SMT NA PARADA

Com respeito às reclamações feitas pelos usuários em relação a horário e mau atendimento o Engenheiro Luiz Mário Magalhães Sá, Secre-

tário Municipal dos Transportes Substituto, explica que a SMT através de seus oito grupos de fiscalização tem atuado num regime de programação semanal, atendendo a todas as reclamações e denúncias, e na falta delas atuando num sistema de blitz, no sentido de constatar irregularidades no atendimento do transporte coletivo. O Engº Magalhães Sá acredita que o congelamento da tarifa, no sistema inflacionário atual, pode ser considerado como utópico, uma vez que é reflexo do aumento de todos os componentes do transporte. Em relação a todas as propostas feitas para a redução da tarifa a SMT entende que a única considerada viável é aquela que diz respeito ao estacionamento pago na área central, cuja renda reverteria em forma de subsídio às tarifas de ônibus. A prefeitura concluirá o projeto até o final do mês, cabendo, então, ao Poder Legislativo a decisão desse projeto.



Não empurra, tchê!



Um passinho à frente, faz favor!



É de perder a cabeça! Vou a pé pra casa!



OURO VELHO

Texto: Beto Andrade
Fotos: Horst Knak



mais um negócio da China

O achatamento salarial e alta exorbitante do custo de vida estão forçando as pessoas a lançar mão de suas jóias e objetos de ouro na busca do equilíbrio do orçamento familiar. Há duas opções: conseguir empréstimos através do penhor na Caixa Econômica Federal ou vender o ouro para as firmas que surgiram para aproveitar esse novo mercado. No entanto, quem realmente ganha com o negócio é o comerciante. O dinheiro recebido pelas jóias de estimação, invariavelmente, é decepcionante.

A atual crise econômica, somada à grande instabilidade do câmbio monetário mundial, tornou o comércio do ouro um dos mais estáveis e lucrativos. E todos tentam ganhar com isso, comercializando o produto de acordo com uma cotação oficial internacional que varia diariamente.

Como reflexo de todos os mercados lucrativos, surgiu também, em relação ao ouro, um comércio paralelo. São firmas que não industrializam nem comercializam o produto final — a jóia — encarregando-se de comprar somente o *ouro velho*, que após uma série de processos técnicos e comerciais reverte em lucro.

Firmas, por sinal muito bem organizadas, usam inclusive um lance de marketing de grande efeito que é chamar o ouro que vão comprar de *ouro velho*. Acontece que não existe ouro que seja velho, pois o metal é o mesmo sempre, tenha a idade que tiver. Mas é interessante que a própria pessoa que vai vender a jóia desvalorize o produto, pensando que seu ouro é velho porque estava na gaveta, sujo ou quebrado.

Renato Oliveira, da "Ouro Velho Comércio de Jóias", explica a situação deste comércio: — Se a transação não fosse legal, a firma não teria registro na Receita Federal (está registrada sob o nº 87275731/0001-28) com a razão social "Ouro Velho Comércio de Jóias Ltda". Além de que, se fosse ilegal, eu não praticaria este tipo de comércio, pois estaria jogando com minha própria liberdade. Estaria lesando a Receita Federal sob o crime de receptação, sendo que não existe defesa legal para esta infração penal. A firma está estabelecida e paga ICM como qualquer outra, portanto, enquadrada dentro das exigências legais.

COMÉRCIO PREJUDICIAL

A grande reclamação quanto ao comércio do *ouro velho* vem das joalherias e casas especializadas, que dizem se sentir prejudicadas numa concorrência ilegal. Sobre este aspecto, Re-

nato Oliveira, da "Ouro Velho Comércio de Jóias", se defende:

— Dizer que nós prejudicamos as casas que comercializam jóias não é verdade, porque a joalheria trabalha com o produto final (jóias, ouro trabalhado). O ouro como produto final é caro nas casas especializadas porque não é artigo de primeira necessidade, e com isso o imposto se torna altíssimo. Esse é um dos motivos pelo qual a "Ouro Velho" não comercializa o produto final.

PISOTEAR A JÓIA

Muitas pessoas que vendem ouro para a "Ouro Velho" sentem-se ludibriadas em função do que lhes pagam. A opinião de Renato Oliveira é a seguinte: — Se a pessoa estivesse sendo ludibriada não procuraria a loja. Acontece que ela quer vender, e sua única outra opção seria vender para particulares. Para isso ela teria que ter um conhecimento do mercado e vender como jóia pronta. Quem chega na "Ouro Velho" leva o ouro como material. A pessoa que me vende ouro pode chegar com uma linda jóia, que eu vou pagar pelo peso ouro. Inclusive se quem vender quiser pisotear a jóia na minha frente, pra mim é melhor, pois vai se poupar oxigênio na hora de desmanchá-la. Quanto ao preço que eu pago, diria o seguinte: o valor do grama de ouro varia de acordo com a sua qualidade e também com a cotação do dia (internacional). Na "Ouro Velho" paga-se de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 1.000,00 o grama. A qualidade do ouro é avaliada através de um teste feito com ácido nítrico. Derrama-se o líquido sobre a peça; se nada acontecer é ouro 18, se manchar levemente é ouro 16, quando preteia é ouro 12, e abaixo disso o metal esverdeia. Este processo é a reação do ácido nítrico com o cobre, que normalmente é o material usado para fazer liga com o ouro.

PENHOR NA CAIXA

Todo o ouro comprado na "Ouro Velho" é desmanchado

e purificado. Este trabalho é feito num laboratório que o comerciante prefere não citar por razões de segurança. Depois o metal é laminado em fitas para ser depositado e penhorado na Caixa Econômica Federal. Daí a oito meses o ouro vai a leilão. No leilão, o que for pago acima do que a Caixa Econômica gastou no penhor é do dono da cautela (no caso "Ouro Velho Ltda"). É aí exatamente que a firma ganha, pois além de ter comprado o material por um pequeno preço, ela lucra também com a correção que a cotação oficial sofreu no transcorrer dos oito meses.

Segundo Renato Oliveira, "o ouro não é comercializado por nós para particulares depois de purificado, porque não existe campo. Não conhecemos pessoas que compram". A verdade é que não é vantagem para a "Ouro Velho" vender para particulares o ouro que compra, pois este mercado paga pela jóia trabalhada, e a loja não faz o trabalho artístico.

PRAZO DE UMA SEMANA

Como saber a procedência do ouro que está se comprando se qualquer pessoa pode ir à loja e vender? "A procedência é a que o vendedor vai colocar na nota, diz Renato. Se ele estiver mentindo, no caso de a mercadoria ser roubada, vai responder por dois processos — furtos e roubos e falsas informações." Para exercer este controle, a loja usa o seguinte sistema: depois de receber a jóia, é dado um prazo de uma semana para ver se vem alguma reclamação da polícia (se é roubada ou não). Caso a jóia seja roubada, ela é colocada à disposição da polícia para que o dono prove a propriedade, recebendo a firma o dinheiro de volta ou uma indenização. Mas se não vier nenhuma reclamação nesse prazo a jóia é derretida e é de total propriedade da loja. Dessa forma, a "Ouro Velho" não corre o risco de perder dinheiro nunca.

BIJUTERIAS E BUGIGANGAS

Os mais diferentes tipos de pessoas chegam na loja "Ouro Velho". Segundo Renato, a freguesia se caracteriza por ser de classe média (baixa e alta), e por nunca estar satisfeita com o preço pago pela loja. Diz ainda que muita gente chega com enormes quantidades de bijuterias e bugigangas, pensando que é ouro.



— Existem aqueles que pagam caro por uma jóia que não é ouro, chegam para me vender e eu não quero. Eles enlouquecem, não acreditam que não é ouro, fazem o maior escândalo e terminam indo embora.

Os materiais mais recebidos normalmente são peças quebradas — anéis, brincos, pulseiras, dentes de ouro, correntes, etc. — grande parte de ouro baixo. O ouro é pesado e avaliado na frente do comprador, que depois de vender assina uma nota em quatro vias (firma, contador, Receita Federal e polícia). A loja informa sempre a quem está vendendo que uma das notas vai para a polícia, como medida de segurança. Outra medida deste tipo é não negociar com menores, com pessoas sem carteira de identidade ou de aparência suspeita, item que, evidentemente, fica a critério da loja.

NADA A RECLAMAR

Mas parece que nem todos estão insatisfeitos com o comércio praticado pelas firmas que compram *ouro velho*. Segundo Luís Carlos Serrano, membro da diretoria da Joalheria Cruzeiro, a sua loja não é prejudicada por este mercado paralelo, pois eles não têm nenhuma ligação com o comércio de jóias. Explica Luís Carlos: — A maioria das joalherias aqui de Porto Alegre, pelo menos, não fabrica as jóias que vende, portanto nós somos comerciantes do produto final, o ouro trabalhado. Não nos pre-

judica se existem firmas que compram a matéria-prima, no caso o ouro cru. Atrapalharia se estas firmas estivessem vendendo jóias prontas, o que elas não fazem.

De acordo com Luís Carlos, o único ponto prejudicial é a proliferação do vendedor clandestino, que chega nas lojas de *ouro velho*, se identifica falsamente e comercializa o ouro roubado. Mas diz também que todos que trabalham no comércio estão sujeitos a isso. Questionado sobre a legalidade da atuação das lojas de "ouro velho", Luís Carlos lembra que "a partir do momento que elas estão registradas na Receita Federal e pagam os devidos impostos, ninguém tem nada a reclamar. Eu sou comerciante também, compro o meu peixe e vendo para o consumidor. Não sou um industrial, não fabrico o que vendo. É certo que gente desonesta existe em toda parte e cada vez em maior número, pois hoje quem age honestamente já está passando por bobo. Eu procuro trabalhar honestamente respeitando o público que acredita na qualidade do que vendo..."

Seja Luís Carlos, da Joalheria Cruzeiro, ou Renato Oliveira, da Ouro Velho Comércio de Jóias, o certo é que a conclusão comum foi de que cada um tem que vender o seu peixe. Este aspecto nos leva a pensar até que ponto é correto considerarmos um comércio paralelo como ilegal, ou ainda, até que ponto um comerciante tem o direito de exigir exclusividade, num mercado capitalista...



Polidor, um instrumento de trabalho